

O Projeto Nacional de Desenvolvimento: industrialização, crise, neoliberalismo e reconstrução

Jorge Bittar¹

A trajetória do desenvolvimento brasileiro ao longo do século XX e início do século XXI é marcada por avanços, rupturas e disputas de projetos. Desde a Revolução de 1930, o país passou de uma economia essencialmente agrária e de uma estrutura política oligárquica para uma nação que construiu uma base industrial relevante, ainda que de forma desigual e incompleta. O atual debate sobre um Projeto Nacional de Desenvolvimento só pode ser compreendido à luz dessa trajetória histórica.

1. O processo de industrialização brasileira

A Revolução de 1930 representou uma inflexão decisiva na história econômica e política do Brasil. Ao romper com o domínio das oligarquias estaduais e com o modelo primário-exportador, Getúlio Vargas inaugurou um projeto nacional de desenvolvimento assentado na centralização do poder na União, no fortalecimento do Estado e na industrialização como eixo estratégico. Esse projeto se materializou por meio de reformas institucionais, do planejamento econômico, da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da organização dos sindicatos e das profissões sob a tutela do Estado.

O projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro foi formulado, ao longo de anos, por um grupo diverso de economistas, intelectuais e políticos, como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Romulo Almeida e Maria da Conceição Tavares, dentre outros. Ele baseou-se na industrialização por meio da substituição das importações, na intervenção estatal e no planejamento econômico. E foi respaldado politicamente, na democracia populista, por uma coalizão sociopolítica e político-institucional entre agentes do Estado, empresariado industrial e trabalhadores urbanos, que, no plano partidário, expressava-se na aliança PSD-PTB.

No campo produtivo, foram lançadas bases estruturantes da industrialização com a criação de empresas e instituições estratégicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Eletrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, depois BNDES), a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce e o Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tratava-se de um projeto explícito de construção da soberania nacional, com forte protagonismo estatal.

Esse processo foi acelerado durante o governo Juscelino Kubitschek, cujo Plano de Metas priorizou energia, transportes, indústria, educação e alimentação. A industrialização avançou mediante incentivos fiscais, crédito público, investimentos em infraestrutura e abertura controlada ao capital estrangeiro. Como resultado, a produção industrial cresceu cerca de 80% no período, consolidando setores como o automobilístico e o de bens de consumo duráveis.

O governo João Goulart buscou aprofundar esse caminho, agora articulando industrialização com justiça social. As reformas de base — agrária, urbana, educacional, fiscal e financeira — pretendiam enfrentar as profundas desigualdades sociais e regionais. Projetada em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas, a Eletrobras enfrentou sete anos de tramitação no Congresso e foi criada efetivamente no governo João Goulart, em 1962.

A intensa mobilização sindical e popular em torno dessas reformas foi violentamente interrompida pelo golpe militar-empresarial de 1964, cujo objetivo central foi abortar esse projeto de transformação.

Durante os governos militares, a industrialização seguiu avançando, mas sob um arranjo político e econômico autoritário, que excluiu os trabalhadores. Houve aceleração das desigualdades sociais, maior abertura ao capital estrangeiro, aprofundamento da substituição de importações e grandes investimentos estatais em infraestrutura — energia, transportes e telecomunicações. Nesse período foram criadas instituições fundamentais como a Embratel, a Telebras, a Finep (1967) e a Embrapa (1973). Contudo, grande parte desses investimentos foi financiado por endividamento externo, a taxas de juros flutuantes.

O crescimento econômico ocorrido sob forte arrocho salarial e repressão política resultou em intensa concentração de renda e aprofundamento das desigualdades sociais. Ainda assim, ao final dos anos 1970, apesar da crise da dívida, o Brasil possuía uma indústria relativamente completa para os padrões da época, a ponto de a China, então uma economia predominantemente agrária, enviar missões ao país para estudar o processo brasileiro de industrialização.

2. O final da ditadura e a crise da dívida externa nos anos 1980

A dívida externa, que havia financiado o crescimento das décadas anteriores, tornou-se um grave entrave nos anos 1980. Contraída majoritariamente a taxas flutuantes, ela explodiu quando o Banco Central dos Estados Unidos elevou drasticamente os juros, no final dos anos 1970, para conter a inflação decorrente dos choques do petróleo. Esse movimento elevou exponencialmente o serviço da dívida brasileira, já pressionada pelo aumento das importações de petróleo, e levou o país à recessão.

O socorro do país pelo Fundo Monetário Internacional resultou em severos ajustes fiscais, controles salariais e compressão da demanda, aprofundando a recessão. A chamada “década perdida” foi marcada por baixo crescimento, alta inflação e deterioração social. Essa foi a herança da ditadura militar.

A crise das divisas estrangeiras só começou a ser equacionada com o Plano Brady, em 1989, que permitiu a reestruturação da dívida externa.

3. A adesão ao projeto neoliberal nos anos 1990

Os anos 1990 marcaram uma ruptura com o desenvolvimentismo e a adesão explícita e intensa ao projeto neoliberal, implementado pelos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e, sobretudo, de Fernando Henrique Cardoso. Esse período foi caracterizado por políticas de desregulamentação econômica e financeira, privatizações de empresas estratégicas como a CSN, a Vale e a Telebras, austeridade fiscal e monetária e pela redução do papel de indução econômica do Estado.

A indústria nacional foi duramente afetada pela abertura comercial, caracterizada por forte redução de tarifas, combinada à valorização cambial. Esse arranjo reduziu exportações, aumentou importações e enfraqueceu o parque industrial, ao mesmo tempo em que houve retração dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

O Plano Real conteve o processo inflacionário, mas a política de juros elevados, adotada para atrair capitais externos e sustentar a âncora cambial do Plano Real, transformou-se em uma política permanente do Banco Central, elevando os custos da dívida pública e comprimindo os gastos sociais, ambientais e de investimento público.

O resultado foi um intenso processo de desindustrialização: a participação da indústria de transformação no PIB caiu de 27% em 1985 para apenas 14% em 2002, ao final do governo FHC.

4. Os governos Lula I e II

Os governos Lula representaram uma inflexão importante, combinando crescimento econômico, políticas sociais robustas e retomada do fomento científico, tecnológico e industrial. Foram implementadas iniciativas como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004, e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008. O BNDES e os outros bancos públicos ampliaram significativamente o crédito para investimentos e setores estratégicos — como fármacos, software e bens de capital — foram estimulados. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) intensificou os investimentos em infraestrutura econômica, ao lado de programas urbanos como o Minha Casa Minha Vida e investimentos em saneamento e mobilidade, contribuindo para o ambiente de investimentos públicos e privados e para o crescimento econômico e a geração de empregos de qualidade.

Programas sociais intensos na educação – FUNDEB, universidades públicas e Institutos Federais de Educação Tecnológica, fortalecimento do SUS, elevação do valor real do salário mínimo e o Bolsa Família são exemplos do enorme impacto social dos governos Lula.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário fortaleceu a agricultura familiar, o plano safra para a pequena agricultura, a assistência técnica e a reforma agrária. A Embrapa voltou a desenvolver pesquisa e tecnologia com vigor, apoiando a agricultura familiar e o agronegócio.

Marcos legais como a Lei do Bem, a Lei de Informática e a Lei da Inovação fortaleceram o ambiente de inovação. A Finep passou a operar de forma consistente os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e a Petrobras adotou políticas de conteúdo local, impulsionando cadeias produtivas nacionais.

Como resultado, a indústria de transformação recuperou parcialmente a participação no PIB, passando de 14% para cerca de 18%.

Entretanto, estava em curso mundialmente a concentração da manufatura em alguns países e as políticas desenvolvidas aqui não foram suficientes para evitar a redução da manufatura no Brasil, pois a indústria nacional enfrentou crescente concorrência de produtos importados da China e do Leste Asiático, extremamente competitivos em preço. A crise financeira internacional de 2008 agravou esse quadro. Embora os estímulos fiscais

do governo tenham evitado uma recessão imediata, o ambiente internacional adverso afetou significativamente o setor produtivo.

5. O governo Dilma

No governo Dilma Rousseff, a política industrial foi estruturada em torno do Plano Inova Empresa (PIE), integrado ao Plano Brasil Maior. O objetivo central era ampliar a competitividade industrial por meio de estímulos robustos à ciência, tecnologia e inovação, utilizando crédito subsidiado, subvenções econômicas e participação acionária. O PIE foi direcionado a áreas estratégicas como saúde, óleo e gás, agroindústria, energia e meio ambiente. Os programas de infraestrutura econômica e urbana foram mantidos e ampliados, assim como os programas sociais e ambientais.

Contudo, o plano enfrentou obstáculos relevantes, como a inflação, a valorização cambial e problemas fiscais decorrentes do elevado volume de desonerações. Aproveitando-se das dificuldades econômicas conjunturais, a direita articulou, com o apoio da Operação Lava Jato, o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma, interrompendo abruptamente esse projeto.

6. Avanços sociais nos governos Lula e Dilma

➤ Redução da pobreza e da desigualdade

Os governos Lula e Dilma promoveram uma ampla agenda de inclusão social baseada na combinação de transferência de renda, valorização do salário mínimo, expansão do crédito e aumento do emprego formal. Cerca de 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, fortemente impulsionadas pelo Bolsa Família, geração de emprego, incentivos à agricultura familiar e políticas de desenvolvimento regional, 42 milhões de brasileiros ascenderam à classe C de consumo, resultado direto da ampliação de renda e acesso ao consumo.

➤ Expansão das políticas de assistência social

Criação e consolidação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, que alcançou cerca de 20 milhões de atendimentos mensais em mais de 18 mil unidades. Prioridade à transferência de renda aos mais pobres, considerada o traço mais marcante da política social do período.

➤ Valorização do salário mínimo e aumento do poder de compra

Reajustes reais significativos do salário mínimo contribuíram para elevar a renda das famílias trabalhadoras e reduzir a desigualdade.

➤ **Avanços em educação e acesso ao ensino superior**

Os governos Lula e Dilma expandiram fortemente o acesso à educação, especialmente no ensino superior. Merecem destaque o fortalecimento da educação básica pelo FUNDEB, a grande expansão do ensino técnico através dos Institutos Federais, a criação do PROUNI, oferecendo bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas para estudantes de baixa renda e os investimentos na criação de universidades públicas e ampliação de vagas no ensino superior, visando democratizar o acesso.

➤ **Grande expansão e fortalecimento do SUS**

Os governos Lula e Dilma foram marcados por uma expansão significativa do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na universalização do acesso, atenção básica e ampliação de serviços especializados. As principais conquistas incluíram o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, a criação de programas de acesso a medicamentos, saúde bucal e a valorização da Atenção Básica.

➤ **Políticas de igualdade racial**

Durante os mandatos presidenciais petistas, houve avanços importantes no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial, como a implementação e fortalecimento de ações afirmativas na educação, alinhadas às discussões internacionais, como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, o reconhecimento da necessidade de punir e combater a discriminação racial e a criação de políticas educacionais voltadas à inclusão de populações negras.

➤ **Políticas de desenvolvimento social e institucional**

Os governos Lula e Dilma deixaram legados estruturantes:

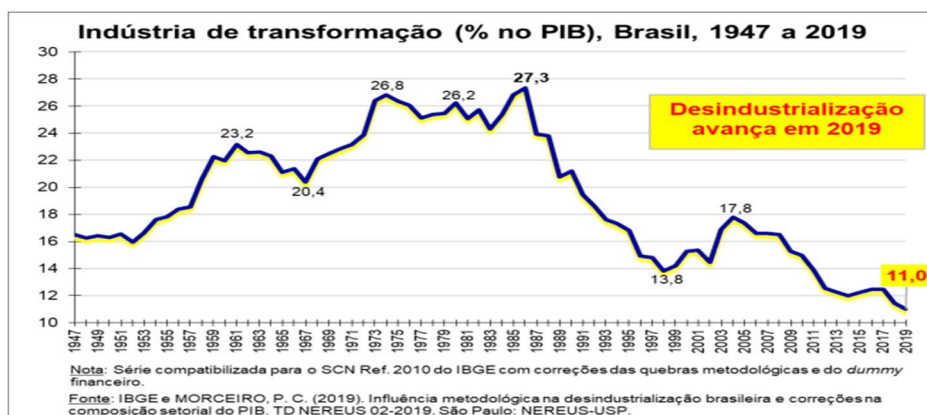
- Grandes avanços nas políticas sociais.
- Ampliação da democratização da cultura, especialmente via acesso à educação.
- Construção de arranjos institucionais desenvolvimentistas, integrando Estado e sociedade civil em políticas sociais e socioeconômicas. Exemplo desses arranjos foi a instituição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, incorporando representações empresários, trabalhadores e movimentos sociais, para a pactuação de programas e ações para o desenvolvimento.

7. A radicalização neoliberal de Temer e Bolsonaro

O golpe de 2016 e a perseguição ao PT e a Lula, sobretudo através da operação Lava Jato, abriram caminho para a aplicação radical do receituário neoliberal. Os governos Temer e Bolsonaro fortaleceram o rentismo, promoveram privatizações, instituíram o teto de gastos, comprimiram severamente os gastos sociais e ambientais, desregulamentaram o mercado de trabalho, reduziram drasticamente os investimentos em ciência, tecnologia e inovação e interromperam a política industrial. Em seu lugar, passaram a defender as chamadas “políticas horizontais”, que, na prática, significaram ausência de estratégia produtiva.

A política de óleo e gás foi profundamente alterada para pior. A bacia petrolífera do pré-sal, antes explorada exclusivamente através do regime de partilha sob o comando do Estado, passou a receber as multinacionais do setor sob o regime de concessão dos campos petrolíferos. A Petrobras teve o seu papel reduzido a uma coadjuvante da política de óleo e gás, deixando de exigir conteúdo local na aquisição de equipamentos e serviços, suprimindo os seus investimentos em refino e se desfazendo de ativos estratégicos como refinarias e a produção de fertilizantes. Dessa forma, a empresa abandonou o seu papel estratégico para a soberania energética e passou a privilegiar apenas a geração de valor para beneficiar investidores através da maximização de dividendos.

Os resultados foram a elevação das desigualdades sociais, o retorno do Brasil ao mapa da fome e a intensificação da desindustrialização, com a participação da indústria no PIB caindo para cerca de 11%, aprofundando a dependência externa e a vulnerabilidade estrutural da economia brasileira, que passou também por um processo de reprimarização.



8. Governo Lula III: reconstrução e bases para um novo projeto nacional

Diante do desmonte do Estado e do aumento da crise social, o terceiro governo Lula tem representado um esforço de reconstrução do Estado e de lançamento das bases para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Houve a recuperação e ampliação dos programas sociais — como Bolsa Família, valorização do salário mínimo, saúde, educação e o programa Pé-de-Meia — com impactos expressivos na redução da pobreza. Entre 2023 e 2024, 8,6 milhões de pessoas saíram da pobreza e 1,9 milhão da extrema pobreza, e o Brasil novamente saiu do mapa da fome da ONU.

A educação e a saúde voltaram a ter o merecido destaque nas políticas públicas, financiamento crescente, incorporação da inovação tecnológica, planejamento, gestão participativa e busca da integração com estados e municípios, no caminho para a universalização e a qualidade.

No campo produtivo, destaca-se a Nova Indústria Brasil (NIB), organizada por missões estratégicas, com foco em empresas de base tecnológica, inovação e sustentabilidade ambiental. Ao considerar a soma de recursos públicos e anúncios do setor privado, o governo projeta uma mobilização, até 2026, de R\$ 3,4 trilhões em investimentos para a neointustrialização. O Novo PAC, com previsão de R\$ 1,7 trilhão em investimentos, prioriza infraestrutura econômica e social — transportes, energia, telecomunicações, saúde, educação, saneamento, habitação e contenção de encostas.

O Plano de Transformação Ecológica (PTE – Novo Brasil) busca posicionar o país como líder global em tecnologias de baixo carbono. A Secretaria de Política Econômica mapeou R\$ 473 bilhões em investimentos potenciais, com impacto estimado de até 3% no PIB até 2026. O fortalecimento do BNDES, da Finep (FNDCT), do BNB e do BASA, somado a uma política externa ativa — BRICS, Mercosul–UE, COP 30 e relações com os EUA — reforçam essa estratégia.

A Embrapa, a recriação do MDA, o fomento à agricultura familiar, o agronegócio, o financiamento através dos planos safras e o estímulo à agricultura regenerativa conformam um sistema que assegura segurança alimentar e fortalecimento da pauta de exportações.

Do ponto de vista macroeconômico, as metas fiscais foram cumpridas em 2023, 2024 e 2025, embora persista a crítica à ortodoxia do Banco Central na manutenção de juros

elevados, fato que limita muito o investimento público e as parcerias público/privadas. A reforma tributária introduz um novo sistema de IVA (IBS e CBS), amplia a progressividade do Imposto de Renda, isenta rendas mais baixas, tributa altas rendas, lucros e dividendos e inclui a tributação de apostas eletrônicas.

Estão lançadas as bases para um novo caminho de desenvolvimento!

9. O Projeto Nacional de Desenvolvimento - PND

As ações de reconstrução implementadas no governo Lula III lançam as bases iniciais para um novo ciclo de desenvolvimento, mas seu avanço e consolidação exige **enfrentar a hegemonia do capital financeiro**, que, acima de tudo, ao impor as ortodoxias fiscal e monetária, subordina o desenvolvimento produtivo e social aos interesses rentistas. Isso requer a construção de um **pacto nacional pelo desenvolvimento de longo prazo**, capaz de alinhar Estado, empresários do setor produtivo, trabalhadores, movimentos sociais, comunidade científica e sociedade civil em torno de objetivos comuns. Na verdade, projeto e pacto (coalizão, aliança) compõem dois pilares fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento, que é um processo fundamentalmente político.

Somente com um **pacto político pelo desenvolvimento** socialmente justo e ambientalmente sustentável, haverá condições de superar o rentismo e a visão elitista e neocolonialista da extrema direita, estabelecer um projeto nacional de longo prazo que assegure a continuidade de programas e ações estruturantes. A vitória eleitoral do presidente Lula em 2026 é um imperativo estratégico e deve ter o significado de inaugurar um novo período histórico para a nação brasileira.

O Projeto Nacional de Desenvolvimento não é apenas um conjunto de políticas públicas setoriais, mas uma **estratégia de longo prazo** para reconstruir a soberania econômica, reduzir desigualdades sociais e regionais, enfrentar o desafio climático e inserir o Brasil de forma ativa e competitiva na nova economia global. A história recente demonstra que países que alcançaram desenvolvimento sustentado o fizeram por meio de **Estados fortes, planejadores e indutores do investimento**, respaldados em alianças entre atores sociais e políticos, que articulam mercado, política industrial, ciência e tecnologia, políticas sociais, sustentabilidade ambiental e integração internacional soberana.

O **cenário internacional**, marcado por profundas mudanças geopolíticas, com a ascensão da China, o declínio do império norte-americano, o questionamento do dólar como única

referência monetária internacional e a decorrente fragilização do mundo unipolar, oferece uma janela de oportunidades para que países em desenvolvimento, como o Brasil, afirmem o seu projeto nacional soberano.

O Brasil tem dimensões continentais, população de 213 milhões de habitantes, grande extensão de terras agricultáveis, grande reserva de minerais críticos, a maior floresta tropical e a maior biodiversidade do planeta, sistema de CT&I de bom nível e economia entre as dez maiores do mundo. São elementos fundamentais para afirmar um projeto de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

9.1 Um Estado forte, democrático e planejador

A experiência histórica brasileira e internacional demonstra que o desenvolvimento econômico exige um **Estado democrático com capacidade de planejamento, coordenação e execução**, dotado de instrumentos fiscais, financeiros, regulatórios e institucionais. Esse Estado deve ser democrático, transparente e orientado ao interesse público, capaz de induzir investimentos privados, reduzir incertezas e coordenar esforços em torno de projetos estruturantes.

A relação entre **Estado e mercado** deve ser **virtuosa e complementar**. Ao Estado cabe definir prioridades estratégicas, planejar e coordenar, estruturar políticas industriais e tecnológicas, mobilizar financiamento de longo prazo e utilizar instrumentos como compras públicas, encomendas tecnológicas e regulação inteligente. Ao mercado cabe inovar, investir, competir e ampliar a capacidade produtiva, sob regras claras e estáveis.

9.2 Reorientação do sistema financeiro para o desenvolvimento

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento brasileiro é a **financeirização da economia**. O sistema financeiro nacional permanece excessivamente voltado à remuneração de títulos públicos e operações de curto prazo, em detrimento do financiamento às atividades produtivas. A manutenção de taxas de juros estruturalmente elevadas desestimula o investimento produtivo, encarece o crédito, amplia o custo da dívida pública e comprime o espaço fiscal para políticas sociais, ambientais e investimentos estruturantes. Desenvolvimento requer inovação e crédito e um Estado que induza a geração desses recursos fundamentais. No Brasil, além de caro, o crédito é ainda escasso, apesar de ter aumentado nos governos Lula e Dilma.

O Projeto Nacional de Desenvolvimento exige a **regulação e reorientação do mercado financeiro**, para que ele cumpra seu papel de intermediação do crédito para a produção, a inovação e a transição ecológica. O fortalecimento dos bancos e agências públicos — BNDES, Finep, Banco do Brasil, Caixa, BNB e BASA — é central nesse processo, garantindo crédito de longo prazo, com custos compatíveis com projetos estruturantes e alinhamento estratégico às missões da Nova Indústria Brasil (NIB), ao PAC e ao Plano de Transformação Ecológica (PTE).

O descontingenciamento integral do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico-FNDCT tem se revelado de grande importância para financiar a infraestrutura científica, a criação e o desenvolvimento de startups, e o fortalecimento da inovação empresarial através de subvenções, crédito adequado e participações acionárias (FIPs). De 2023 até o final de 2025, foram desembolsados 44,1 bilhões de reais. Além desses recursos, foram acrescentados 22 bilhões do FNDCT, contingenciados pelo governo anterior, e liberados em 2025 para crédito ao desenvolvimento tecnológico e à inovação. Esse volume de recursos, acrescentado aos do BNDES e demais agências, precisa crescer muito para assegurar um caminho seguro e previsível para o desenvolvimento da CT&I.

Os recursos financeiros da exploração e comercialização do **petróleo** devem ser orientados para financiar a transição energética, a educação pública e o desenvolvimento sustentável.

9.3 Ciência, Tecnologia e Inovação como eixo estruturante

A ciência, tecnologia e inovação (CT&I) devem ocupar posição central no projeto de desenvolvimento. Economias que avançaram no século XXI o fizeram ao dominar tecnologias-chaves. É preciso construir sistemas nacionais de inovação robustos e integrar o Estado, as empresas, as universidades e os institutos de pesquisa.

No Brasil, é fundamental assegurar **financiamento estável e previsível** ao sistema de CT&I, consolidando o FNDCT como instrumento permanente de fomento, fortalecendo a Finep, o CNPq, a CAPES, as universidades públicas, os IFs e as FAPs. Além disso, é necessário ampliar o uso de instrumentos modernos de política tecnológica, como desafios tecnológicos, encomendas públicas inovadoras, participação acionária do Estado, crédito e apoio à criação e escalonamento de empresas de base tecnológica.

9.4 A Nova Indústria Brasil e a lógica das missões

Ao adotar a **abordagem por missões**, inspirada em experiências internacionais bem-sucedidas, a Nova Indústria Brasil (NIB) representa uma mudança qualitativa na política industrial. Cada missão deve ser entendida como um conjunto articulado de projetos estratégicos capacitados para mobilizar diferentes setores, cadeias produtivas e competências tecnológicas.

As missões:

- **Cadeias Agroindustriais Sustentáveis e Digitais:** Foco na segurança alimentar, nutricional e energética, aumentando a produtividade e o uso de bioinsumos.
- **Complexo Industrial da Saúde:** Fortalecer o SUS com foco na produção nacional de insumos, reduzindo a vulnerabilidade externa.
- **Infraestrutura, Saneamento, Moradia e Mobilidade:** Promover cidades sustentáveis, transporte público de qualidade e eficiência no saneamento.
- **Transformação Digital da Indústria:** Aumentar a produtividade por meio da digitalização, IA e conectividade industrial.
- **Bioeconomia, Descarbonização e Transição Energética:** Fomentar a bioeconomia, a rastreabilidade e a descarbonização.
- **Tecnologias de Interesse para Soberania e Defesa:** Desenvolver tecnologias críticas e fortalecer a base industrial de defesa.

Para cada missão, é essencial:

- Definir **projetos prioritários**;
- Identificar claramente as **cadeias produtivas estratégicas**;
- Definir as **rotas tecnológicas prioritárias**;
- Articular alianças entre **ICTs, startups, empresas e governos**;
- Estruturar o **financiamento público e privado de longo prazo**;
- Utilizar **compras públicas, conteúdo local e encomendas tecnológicas**;
- Estabelecer **metas mensuráveis, indicadores de desempenho e prazos**.

Essa abordagem permite superar políticas fragmentadas e criar **efeitos de transbordamento** sobre toda a economia, fortalecendo a indústria, os serviços tecnológicos e o emprego qualificado.

Somente com a reindustrialização do Brasil e com os serviços modernos poderemos construir um caminho soberano de desenvolvimento, que reduza as desigualdades sociais e regionais, que enfrente os desafios climáticos e ambientais e que gere os **empregos de qualidade** para superar a informalidade econômica e o desemprego entre os jovens.

9.5 Transformação ecológica e desenvolvimento sustentável

A transição para uma economia de baixo carbono não é apenas um imperativo ambiental, mas uma **oportunidade histórica de desenvolvimento**. O Brasil possui vantagens comparativas extraordinárias: matriz energética relativamente limpa, biodiversidade única, potencial em bioeconomia e agricultura sustentável. Grandes investimentos em **energias renováveis**, como o hidrogênio verde, a biomassa, a eólica e a solar, na identificação e processamento de **princípios bioativos** para novos medicamentos, em projetos de **reflorestamento** com espécies nativas e em **minerais críticos** para a indústria eletrônica digital moderna são oportunidades de investimentos referenciadas na natureza brasileira.

O Plano de Transformação Ecológica (PTE) deve ser articulado à política industrial e à política científica, tecnológica e de inovação, transformando essas vantagens comparativas em **vantagens competitivas globais**. Isso implica desenvolver cadeias produtivas nacionais, agregar valor aos recursos naturais, internalizar tecnologia e gerar empregos de qualidade, evitando a reprimarização da economia sob uma nova roupagem “verde”.

9.6 Ampliar e modernizar a infraestrutura econômica e urbana

Boa parte das infraestruturas econômicas e urbanas são insuficientes ou até inexistem. Os investimentos nessas áreas, com capitais públicos e privados, são essenciais para a eficiência econômica, para a qualidade de vida e são oportunidades para o desenvolvimento tecnológico e industrial.

O tema **soberania** surge frequentemente nesses setores. Na área de **telecomunicações e tecnologias da informação-TICs**, por exemplo, necessitamos de redes de nuvens, redes

de comunicação fixas, móveis e satelitais, sistemas de mensagens e redes sociais, *data centers* e sistemas de inteligência artificial, todos que assegurem a privacidade dos cidadãos e a soberania nacional. São grandes desafios que comportam riscos a serem mitigados pelo Estado, mas ótima oportunidade para investimentos em tecnologia, indústria e serviços. Temos desenvolvimentos avançados em TICs, como satélites, chips semicondutores, IA e redes de nuvens. Se fomos capazes de desenvolver o sistema PIX, é perfeitamente possível enfrentar com sucesso esses desafios.

O desafio do desenvolvimento se estende também à **logística e à mobilidade urbana**. Nesses temas falamos de transporte sobre trilhos ou de levitação magnética. É sabido que temos grande carência nessa área, ou seja, grandes oportunidades para investimentos em ferrovias, VLTs e metrô, seja para passageiros, seja para cargas. O Brasil adotou o modelo baseado no rodoviarismo nos transportes e até 2026 não temos, por exemplo, nenhuma linha de trens de passageiros de média ou alta velocidade. Aqui também, os investimentos diretos e as parcerias público privadas para prover serviços de transportes e logística se casam com oportunidades para a incorporação de modernas tecnologias e para o desenvolvimento industrial.

9.7 Promover o agro e a reforma agrária em sintonia com a sustentabilidade ambiental

Em seus cinquenta e três anos de existência, a **EMBRAPA**, com a sua rede de pesquisas e desenvolvimento, promoveu uma verdadeira revolução na produção agropecuária brasileira, tornando o Brasil um dos líderes do agronegócio mundial. Por outro lado, fruto da luta histórica dos trabalhadores do campo pela reforma agrária e a agricultura familiar de qualidade, nos governos Lula e Dilma, a pequena agricultura, responsável por 70% dos alimentos da população brasileira, evoluiu e muito contribuiu para retirar o Brasil do mapa mundial da fome. Ao fomentar a agricultura regenerativa, o MDA contribui para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população. É preciso avançar para a autonomia na produção de fertilizantes químicos e de bioinsumos, recuperar terras degradadas, eliminar o desmatamento e promover uma agricultura que seja produtiva, mas sustentável.

9.8 Políticas sociais como base do desenvolvimento

O desenvolvimento não se sustenta sem inclusão social. Políticas sociais estruturantes — especialmente em **educação, saúde, ciência e qualificação profissional** — são investimentos estratégicos, não despesas.

Precisamos de uma verdadeira **revolução educacional**, com a ampliação do acesso à educação básica de qualidade, o fortalecimento do ensino técnico e tecnológico e a expansão do ensino superior, da pós-graduação e da pesquisa científica. Programas e ações nessas áreas são fundamentais para formar a base humana do desenvolvimento.

Da mesma forma, políticas de saúde pública, segurança alimentar e proteção social fortalecem o mercado interno, reduzem desigualdades e ampliam a coesão social, criando um ambiente favorável ao investimento produtivo e à inovação.

9.9 Inserção internacional soberana e estratégica

O Projeto Nacional de Desenvolvimento exige uma política externa soberana ativa e ativa, orientada à **integração produtiva regional**, à cooperação Sul-Sul e à diversificação de parcerias estratégicas, levando em conta a transformação da geopolítica internacional e as crescentes restrições ao compartilhamento de novas tecnologias. A participação nos BRICS, o fortalecimento do Mercosul, o diálogo com a União Europeia e os Estados Unidos e o protagonismo em fóruns globais, como a COP 30, devem ser utilizados para ampliar mercados, atrair investimentos produtivos e promover transferência tecnológica.

A inserção internacional deve ser seletiva e estratégica, **priorizando cadeias globais** em que o Brasil possa construir competências próprias e evitar relações de dependência tecnológica.

9.10 Emparelhamento tecnológico e fronteiras do conhecimento

O Brasil precisa perseguir de forma deliberada o **emparelhamento tecnológico** nas áreas mais avançadas da ciência contemporânea. Tecnologias disruptivas — como inteligência artificial, tecnologias quânticas, biotecnologia, nanotecnologia, chips, novos materiais e manufatura avançada — definirão a competitividade das nações nas próximas décadas.

Isso exige visão de longo prazo, investimentos consistentes, **articulação entre defesa, indústria, universidades e centros de pesquisa**, além de políticas que estimulem a formação de recursos humanos altamente qualificados. A experiência bem-sucedida da

indústria aeronáutica brasileira demonstra que é possível construir excelência tecnológica quando há estratégia, continuidade e coordenação estatal.

9.11 Política macroeconômica

A política macroeconômica tem que estar em sintonia com todos os programas e ações estruturantes do desenvolvimento. Para isso, deve existir a plena harmonia entre a política monetária, a política cambial e a política fiscal, o que requer a redução gradativa e consistente da taxa básica de juros, com a consequente redução dos valores de rolagem da dívida pública. Importante também a eliminação de renúncias fiscais ineficientes e a tributação progressiva da renda e da riqueza, ou seja, a justiça tributária, para a consequente ampliação dos investimentos públicos.

9.12 Metas, prazos e governança

Nenhum projeto nacional se sustenta sem **prioridades, metas claras, prazos definidos e mecanismos de governança**. É fundamental instituir sistemas de monitoramento, avaliação e correção de rumos, garantindo transparência e participação social. Isso requer coordenação centrada na Presidência da República, colaboração entre os diversos ministérios e participação dos governos estaduais e municipais. Além disso, o planejamento de longo prazo deve ser protegido de descontinuidades políticas, assegurando previsibilidade aos investimentos públicos e privados.

Em síntese, o Projeto Nacional de Desenvolvimento é a construção consciente de um futuro soberano, socialmente justo, tecnologicamente avançado e ambientalmente sustentável. Trata-se de uma escolha política e civilizatória: romper com o ciclo de dependência, desigualdade e desindustrialização e recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento pleno.